



**Excelentíssimo Senhor
Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

Assunto: Medidas de preservação dos achados arqueológicos no Porto das Pipas

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a V. Exa. para efeito de admissão, requerimento dirigido ao Governo Regional, nomeadamente à Secretaria Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital.

Angra de Heroísmo, 8 de abril de 2022

Com os melhores cumprimentos,

O Grupo Parlamentar do BE/Açores

(António Lima)

(Alexandra Manes)

Exma. Sra. Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital

O arquipélago dos Açores reúne, nas suas múltiplas vertentes, património cultural com valor histórico, arqueológico, imaterial e intangível de grande interesse, tanto ao nível regional, como nacional e internacional, tendo inclusive já sido repetidamente distinguido por várias entidades com distinções que assim o atestam.

A existência de mais de uma centena de naufrágios registados no fundo da baía de Angra representa a herança cultural de todos os que por lá passaram, mas também, e principalmente, de todas e todos os terceirenses, e, de forma mais abrangente, de todas e todos os que habitam a Região Autónoma dos Açores.

Reconhecendo esta importância, torna-se imperativo uma política de proteção e valorização do nosso património cultural.

No âmbito da empreitada que está em curso no Porto de Pipas, para a construção de uma rampa RO-RO e obras complementares para melhoria da sua operacionalidade, foram detetadas várias ocorrências patrimoniais com valor histórico-arqueológico de elevado interesse para a Região Autónoma dos Açores.

Uma dessas ocorrências motivou o envio de um requerimento por parte do Bloco de Esquerda ao Governo Regional, com pedidos de esclarecimento sobre o impacto que estes achados arqueológicos teriam no planeamento da obra e sobre as medidas que seriam tomadas para a preservação dos mesmos.

A resposta do Governo a este requerimento do Bloco de Esquerda, e a leitura do “Relatório Preliminar de Trabalhos Arqueológicos” que a acompanhou, levantam muitas dúvidas sobre quais as medidas que serão implementadas para a minimização do impacto das obras nos achados arqueológicos e para a proteção do património cultural subaquático detetado.

O referido relatório técnico conclui que “todos os indícios e evidências relacionados com este destroço” apontam para que este seja “um dos mais valiosos sítios arqueológicos portugueses e um dos mais importantes, a nível mundial, dentro do contexto da navegação dos Descobrimentos e dos Impérios Coloniais da Idade Moderna”.

O documento refere ainda que “em condições normais, este sítio arqueológico seria escavado

ao longo de várias campanhas anuais de arqueologia subaquática, de modo a realizar todo o potencial científico que este naufrágio detém. No entanto, por estar diretamente situado na zona de impacto direto das obras de ampliação do Porto das Pipas, é imperioso escavá-lo integralmente, no mais curto espaço de tempo”.

Mesmo perante a importância nacional, e até internacional, apontada a estes achados arqueológicos e perante a recomendação técnica de uma escavação arqueológica num curto espaço de tempo, o Governo Regional não assumiu qualquer posição para assegurar a preservação destes importantes achados arqueológicos, limitando-se a dar conhecimento do relatório e das suas conclusões “aos responsáveis pela empreitada” e a demonstrar “interesse em prosseguir com uma solução de preservação do mesmo, sem detrimento da finalização das operações de obra em curso”, como se lê na resposta ao anterior requerimento do Bloco de Esquerda.

Assinale-se que o dono da obra em causa é a empresa pública Portos dos Açores.

Considerando que no dia 1 de Abril as obras foram retomadas sem qualquer esclarecimento público, e tendo sido rejeitada, pelos grupos parlamentares do PSD e CDS, a proposta do Bloco de Esquerda para a audição em comissão parlamentar da secretária regional da Cultura sobre esta matéria.

Considerando que, em declarações à comunicação social, a subdiretora regional da Cultura afirmou que as obras não colocam em causa os achados arqueológicos e que é possível compatibilizar os trabalhos.

Nos termos estatutários e regimentais, o Grupo Parlamentar do BE/Açores solicita a V. Exa. resposta às seguintes questões:

1. O “Relatório Preliminar de Trabalhos Arqueológicos” considera ser imperioso proceder à escavação do sítio arqueológico em causa “no mais curto espaço de tempo” para libertar a zona para as obras que estão em curso. O Governo, enquanto acionista único da Portos dos Açores, que é dona da obra, vai dar orientações à empresa no sentido de ser implementada esta recomendação?
2. Que alterações ao planeamento inicial da obra – em termos de duração e procedimentos – foram provocados especificamente pela descoberta dos achados do sítio arqueológico identificado pelo referido relatório como “Angra M”?

3. Quais as medidas preventivas e condicionantes de salvaguarda previstas e estabelecidas para a proteção do património cultural subaquático em risco de afetação direta por parte da empreitada que já se encontra em curso no Porto de Pipas de Angra do Heroísmo?

4. O Governo Regional garante que o recomeço das obras, no passado dia 1 de abril, não vai afetar a integridade e a preservação dos achados arqueológicos do sítio “Angra M”? Solicita-se o documento técnico que sustenta esta posição.

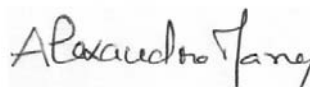
Nos termos estatutários e regimentais, o Grupo Parlamentar do BE/Açores solicita ainda o envio dos seguintes documentos:

- Cópia de todas as notas técnicas, elaboradas e apresentadas pela equipa responsável pela intervenção arqueológica, constituída por uma entidade privada subcontratada para esse efeito, no âmbito das obras em curso no Porto de Pipas.

O Grupo Parlamentar do BE/Açores



(António Lima)



(Alexandra Manes)

Angra do Heroísmo, 8 de abril de 2022